



Transmissora
Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações Contábeis

TSM - Transmissora da Serra da Mantiqueira S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



Transmissora
Serra da Mantiqueira S.A.

TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$1.411.029 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, incluindo inspeção física em base amostral, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

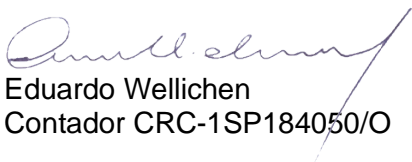
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria.

Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
CIRCULANTE			
		173.937	185.056
Caixa e equivalentes de caixa	4	104	98
Investimentos de curto prazo	5	27.621	36.506
Concessionárias e permissionárias	6	11.805	14.969
Impostos a recuperar		1.502	2.703
Adiantamento a fornecedores	7	10.347	10.015
Ativo contratual da concessão	8	122.106	120.246
Outros ativos		452	519
		1.290.486	1.284.448
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários		-	2.641
Concessionárias e permissionárias	6	862	-
Ativo contratual da concessão	8	1.288.923	1.280.898
Direito de uso sobre arrendamento		701	909
		1.464.423	1.469.504
TOTAL DO ATIVO			
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		48.739	64.791
Salários, férias e encargos sociais		1.042	1.166
Fornecedores		2.009	2.616
Debêntures	9	(197)	(2)
Tributos e contribuições sociais a recolher		3.534	7.616
Provisões pré-operacionais	10	27.480	28.092
Adiantamento de clientes		2.702	736
Arrendamentos a pagar	15.c	207	190
Dividendos a pagar	15.b	-	12.947
Contribuições diferidas	11	11.295	11.123
Outros passivos		667	307
		986.664	939.180
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	9	711.357	676.803
Arrendamentos a pagar	15.c	583	791
Provisões pré-operacionais	10	9.957	13.495
Contribuições diferidas	11	119.225	118.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	144.703	129.190
Provisão para contingências	13	6	-
Outros passivos		833	418
		429.020	465.533
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.a	222.145	222.145
Reservas de lucros	14.b	206.875	243.388
		1.464.423	1.469.504
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção		20.528	19.130
Remuneração ativo contratual da concessão		155.184	144.365
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	175.712	163.495
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	17	(5.879)	(7.119)
LUCRO BRUTO		169.833	156.376
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(2.095)	(2.089)
Pessoal		(1.498)	(1.789)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(408)	(735)
Outras receitas		-	429
Outras despesas	18	(33.570)	-
		(37.571)	(4.184)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		132.262	152.192
Despesas financeiras	19	(67.483)	(71.945)
Receitas financeiras	19	5.809	2.245
		(61.674)	(69.700)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		70.588	82.492
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(8.287)	(4.075)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 e 20	(15.513)	(23.904)
		(23.800)	(27.979)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		46.788	54.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Transmissora
Serra da Mantiqueira S.A.

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.788	54.513
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	46.788	54.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Especial para dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.632	7.526	5.140	188.621	16.084	-	255.003
Aumento de Capital	184.513	-	-	-	-	-	184.513
Dividendos intermediários conforme ata de 30/09/2022	-	-	(5.140)	-	-	-	(5.140)
Dividendos intermediários conforme ata de 30/09/2022	-	-	-	-	(10.409)	-	(10.409)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	54.513	54.513
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	2.726	-	-	-	(2.726)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.947)	(12.947)
Reservas de lucros	-	-	-	-	271	(271)	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	-	38.569	-	(38.569)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	222.145	10.252	-	227.190	5.946	-	465.533
Dividendos adicionais conforme ARCA de 16/02/2023	-	-	-	(14.436)	-	-	(14.436)
Dividendos intermediários conforme AGE de 22/11/2023	-	-	-	(48.872)	(4.443)	-	(53.315)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	46.788	46.788
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	2.339	-	-	-	(2.339)	-
(*) Dividendos intercalares conforme ARCA de 20/06/2023	-	-	-	-	-	(15.550)	(15.550)
Reservas de lucros	-	-	-	-	8.982	(8.982)	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	-	19.917	-	(19.917)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	222.145	12.591	-	183.799	10.485	-	429.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		70.588	82.492
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	17	207	248
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	19	66.993	71.311
Receita de aplicações financeiras		(6.031)	(2.145)
Descontos financeiros obtidos	19	(1)	(7)
Contribuições diferidas		914	3.902
Reversão de contingências		6	-
		132.676	155.801
(Aumento) redução no ativo			
Concessionárias e permissionárias		2.302	(11.034)
Impostos a recuperar		1.201	(101)
Ativo contratual da concessão		(9.885)	(42.163)
Adiantamento a fornecedores		(332)	70.609
Outros ativos		67	2.603
		(6.647)	19.914
Redução no passivo			
Fornecedores		(606)	(18.367)
Salários, férias e encargos sociais		(124)	(4.187)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(11.442)	2.401
Provisões pré-operacionais		(4.150)	(121.308)
Adiantamento de clientes		1.966	-
Outros passivos		720	653
		(13.636)	(140.808)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(927)	(927)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		111.466	33.980
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de títulos e valores mobiliários		126.933	128.900
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(126.796)	(131.324)
Resgates de investimento de curto prazo		153.800	115.735
Aplicações em investimento de curto prazo		(136.380)	(144.530)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		17.557	(31.219)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	41.366
Pagamento de dividendos	15.b	(96.248)	(15.550)
Pagamento de principal e juros de arrendamentos		(270)	(310)
Amortização e pagamento de juros de debêntures	9.c	(32.499)	(31.272)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(129.017)	(5.766)
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalentes de caixa		6	(3.005)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		98	3.103
Saldo no final do exercício		104	98
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalentes de caixa		6	(3.005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A TSM - Empresa Transmissora Serra da Mantiqueira (“Companhia” ou “TSM”), foi constituída em 02 de maio de 2017 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala T, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela empresa Alupar Investimento S.A, que detém 65,70% das ações ordinárias. Adicionalmente, a Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura que detém 34,30% das ações ordinárias.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
037/2017	30	2047	R\$ 139.349	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2023-2024, conforme resolução homologatória nº 3.216.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia recebeu o Termo de Liberação Definitivo – TLD, o qual autorizou o recebimento de receita e o início da operação comercial a partir do dia 23 de dezembro de 2021, antecipando em aproximadamente 8 meses sua energização prevista para agosto de 2022.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2024

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração

Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta Concessionárias e Permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 8,20% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitas a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.10 Tributação

3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23)
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	104	98
	104	98

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	27.621	36.506
	27.621	36.506

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,12% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (101,13% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados	11.805	14.969
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	862	-
	12.667	14.969

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Em 2023, a Administração da Companhia reavaliou os registros das rubricas de concessionárias e permissionárias e adiantamento de clientes e efetuou a reclassificação contábil do passivo de adiantamentos para concessionárias, nesta data-base e o montante R\$ 5.324 em 31 de dezembro de 2022. Essa reclassificação não trouxe impacto relevante para os ativo e passivo total da Companhia.

7. Adiantamento a fornecedores

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 10.347 (R\$ 10.015 em 31 de dezembro de 2022) referente a adiantamentos a fornecedores, que se referem, principalmente, à aquisição de materiais durante a fase de implantação do empreendimento.

8. Ativo contratual da concessão

Movimentação do contas a receber ativo contratual	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	1.358.981
Receita de operação e manutenção (nota 16)	21.314
Remuneração do ativo de concessão (nota 16)	160.842
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(139.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Ativo contratual	1.401.144
Receita de operação e manutenção (nota 16)	22.944
(-) Parcela variável (nota 16)	(75)
Remuneração do ativo de concessão (nota 16)	172.877
Revisão tarifária periódica (nota 18)	(36.992)
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(148.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Ativo contratual	1.411.029
Ativo contratual da concessão - circulante	122.106
Ativo contratual da concessão - não-circulante	1.288.923
	1.411.029

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Ativo contratual da concessão - Continuação

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

9. Debêntures

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				
			Encargos	Custo a amortizar	31/12/2023	31/12/2022	Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2023	31/12/2022
1ª Emissão de Debentures Simples	15/12/2044	IPCA + 4,50%	1.162	(1.359)	(197)	(2)	73.924	664.608	(27.175)	711.357	676.803
			1.162	(1.359)	(197)	(2)	73.924	664.608	(27.175)	711.357	676.803

Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, cujo valor total foi R\$ 530.000. Emissão em série única, com garantia fidejussória adicional e o liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A. As debêntures emitidas têm o prazo de vencimento de 25 anos contados da data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2044, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado e as Hipóteses de Resgate antecipadamente e aquisição facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura. A 1ª amortização do principal acontecerá em 15 de junho de 2025 e a última na data de vencimento.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Alupar Investimento S.A. (fiadora). No exercício social imediatamente seguinte à entrada em operação, a Companhia estará sujeita a índices financeiros calculados a partir de suas demonstrações regulatórias. Em 31 de dezembro de 2023, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

b. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas as debêntures têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
1ª Emissão de Debentures Simples	1.162	18.488	19.418	20.016	20.349	23.871	636.390	739.694
Debêntures - custo de captação	(1.359)	(1.359)	(1.359)	(1.359)	(1.359)	(1.359)	(20.380)	(28.534)
	(197)	17.129	18.059	18.657	18.990	22.512	616.010	711.160

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Debêntures - Continuação

c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Provisão de encargos	Amortização do	Amortização do custo de	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2022	(nota 19)	encargos	captação (nota 19)	31/12/2023
Debêntures					
1ª Emissão de Debentures Simples	676.801	65.499	(32.499)	1.359	711.160
	676.801	65.499	(32.499)	1.359	711.160

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Provisão de encargos	Amortização do	Amortização do custo de	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2021	(nota 19)	encargos	captação (nota 19)	31/12/2022
Debêntures					
1ª Emissão de Debentures Simples	636.903	69.811	(31.272)	1.359	676.801
	636.903	69.811	(31.272)	1.359	676.801

10. Provisões pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões pré-operacionais		
Provisões pré-operacionais (Circulante)	27.480	28.092
Provisões pré-operacionais (não circulante)	9.957	13.495
	37.437	41.587

11. Contribuições diferidas

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	11.295	11.123
Pis Diferido	2.015	1.984
Cofins Diferido	9.280	9.139
Passivo não circulante	119.225	118.483
Pis Diferido	21.267	21.135
Cofins Diferido	97.958	97.348
	130.520	129.606

O diferimento das contribuições é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	791	791	980	980
Diferido do ativo contratual	130.520	130.520	129.606	129.606
Outros	573	573	720	720
Subtotal	131.884	131.884	131.306	131.306
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	283.173	283.173	215.879	215.879
Diferido do arrendamento mercantil	701	701	909	909
Diferido do ativo contratual	273.608	273.608	294.487	294.487
Subtotal	557.482	557.482	511.275	511.275
Base de cálculo	425.598	425.598	379.969	379.969
Imposto diferido - base de cálculo	425.598	425.598	379.969	379.969
Alíquota aplicada	25%	9%	25%	9%
Total de IRPJ e da CSLL alíquota aplicada	106.399	38.304	94.992	34.198
Total IRPJ e CSLL diferidos	106.399	38.304	94.992	34.198
Total IR e CS alíquota aplicada		144.703		129.190
		144.703		129.190

A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real				
	Dezembro	Movimentação no resultado (nota 20)	Dezembro	Movimentação no resultado (nota 20)	Dezembro
	2021		2022		2023
Imposto de renda diferido	77.416	17.576	94.992	11.407	106.399
Contribuição social diferida	27.870	6.328	34.198	4.106	38.304
	105.286	23.904	129.190	15.513	144.703

13. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

- (i) Demandas Trabalhista:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 6, e que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, não é considerado relevante para o negócio. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía processos com probabilidade de perda provável.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:

- (i) Demandas Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 06 (seis) processos judiciais e administrativos de natureza cível, com valor em risco de R\$ 6.813. Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 06 (seis) processos judiciais de natureza cível classificado com probabilidade de perda possível, com valor em risco de R\$ 6.372.
- **Ação Ordinária nº 1000514-55.2020.8.26.0059**, proposta por Kelcilene Pereira Martins, em trâmite perante a Vara Única de Bananal/SP. Trata-se de ação ordinária que visa a anulação de acordo extrajudicial de servidão administrativa. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.486.
- **Ação Ordinária nº 0011253-44.2020.8.19.0045**, proposta por Kelcilene Pereira Martins, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Resende/RJ. Trata-se de ação ordinária que visa a anulação de acordo extrajudicial de servidão administrativa. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.201.

13. Provisões para contingências - Continuação

- (ii) **Demandas Trabalhistas:** A Companhia possui 09 (nove) processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, com valor em risco de R\$ 328. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 02 processos judiciais de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda possível, com valor em risco de R\$ 30.
- (iii) **Demandas Ambientais/Tributárias/Regulatórias:** não existem demandas judiciais, administrativas ou arbitrais dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 222.145 representado por 222.144.930 mil ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31/12/2023 e 31/12/2022	
	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>		
Alupar Investimento S/A	145.949.220	65,70%
Perfin Apollo Energia FIP-IE	76.195.710	34,30%
Total das ações	222.144.930	100%

b. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Patrimônio líquido - Continuação

Destinação do resultado	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	46.788	54.513
Constituição de reserva legal (5%)	(2.339)	(2.726)
Subtotal	44.449	51.787
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(12.947)
Dividendos intercalares	(15.550)	-
Reserva de lucros	(8.982)	(271)
Reserva de lucros a realizar	(19.917)	(38.569)
Saldo de lucros acumulados	-	-

Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023 no montante de R\$ 11.112 foram imputados aos dividendos intercalares distribuídos em 20 de junho de 2023, acrescidos de dividendos complementares no montante de R\$ 4.438, que serão ratificados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

Reservas de lucros	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal	12.591	10.252
Reserva de lucros a realizar	183.799	227.190
Reserva de lucros	10.485	5.946
Saldo de reservas de lucros	206.875	243.388

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

15. Partes relacionadas

a. Remuneração da alta Administração

A Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e do conselho de administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 R\$ 408 (R\$ 735 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.



15. Partes relacionadas - Continuação

b. Dividendos

Em 24 de fevereiro de 2023 a Companhia pagou dividendos intercalares que foram imputados aos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, no montante de R\$ 10.000.

Na mesma data a Companhia declarou dividendos adicionais em razão da realização de reserva de lucros a realizar, no montante total de R\$ 14.436. Pago em fevereiro de 2023.

Em 20 de junho de 2023 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intercalares, com base na Demonstração do Resultado do Período Acumulado de 2023, levantado em 31 de maio de 2023, o montante total de R\$ 15.550. Pago em julho de 2023.

Em 04 de julho de 2023 a Companhia pagou o valor de R\$ 2.947 referente ao saldo dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

Em 22 de novembro de 2023 a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros a realizar, o montante de R\$ 48.872, e declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros o montante de R\$ 4.443. Pagos em dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 0 (R\$ 12.947 em 31 de dezembro de 2022).

c. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$ 790 (R\$ 981 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	195.746	182.156
Receita de operação e manutenção (nota 8)	22.944	21.314
(-) Parcela variável (nota 8)	(75)	-
Remuneração do ativo de concessão (nota 8)	172.877	160.842
	(20.034)	(18.661)
Deduções da receita operacional		
Programa de Integração Social - PIS	(3.230)	(3.006)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(14.877)	(13.844)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(533)	(501)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(533)	(501)
Ministério de minas e energia - MME	(266)	(250)
Taxa de fiscalização	(595)	(559)
	175.712	163.495
Receita operacional líquida	175.712	163.495

17. Custo dos serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(2.569)	(4.715)
Material	(285)	39
Serviços de terceiros	(1.978)	(1.155)
Aluguéis	(584)	(524)
Seguros	(116)	-
Outros tributos e taxas	(60)	(426)
Depreciação e amortização	(207)	(248)
Outros	(80)	(90)
Total custos dos serviços prestados	(5.879)	(7.119)

18. Outras despesas

	31/12/2023	31/12/2022
Outras despesas		
* Revisão tarifária periódica (nota 8)	(36.992)	-
*(-) Contribuições e encargos regulatórios diferidos	3.422	-
	(33.570)	-
	(33.570)	-

* Efeito da revisão da RAP – Receita Anual Permitida, decorrente do processo de RTP – Revisão Tarifária Periódica, homologado pela resolução da ANEEL 3.205 de 13 de junho de 2023.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	5.809	2.245
(*) Receita de aplicações financeiras	5.748	2.036
Atualização monetária ativa	22	145
Descontos obtidos	1	7
Outros	38	57
Despesas financeiras	(67.483)	(71.945)
Encargos sobre debêntures (nota 9.c)	(65.499)	(69.811)
Custos de captação de dívida amortizado (nota 9.c)	(1.359)	(1.359)
Fiança	(100)	(156)
Juros sobre arrendamentos	(80)	(111)
Atualização monetária	(55)	(30)
Outros	(390)	(478)
Total líquido	(61.674)	(69.700)

(*) Receita de aplicações financeiras líquidas de impostos

20. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	70.588	70.588	82.492	82.492
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	102.392	102.392	95.387	95.387
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(169.686)	(169.686)	(159.399)	(159.399)
Ativo contratual CPC 47	21.793	21.793	(7.063)	(7.063)
(+) Outros	174	112	827	707
Lucro Fiscal	25.261	25.199	12.244	12.124
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	(81)	(81)
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	25.261	25.199	12.163	12.043
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(6.291)	(2.268)	(3.017)	(1.084)
Outros	272	-	26	-
Total dos tributos correntes	(6.019)	(2.268)	(2.991)	(1.084)
Total dos tributos diferidos (nota 12)	(11.407)	(4.106)	(17.576)	(6.328)
Despesa total com tributos	(17.426)	(6.374)	(20.567)	(7.412)
Alíquota efetiva	33,72%		33,92%	

21. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa	104	104	98	98
Investimentos a curto prazo	27.621	27.621	36.506	36.506
Concessionárias e permissionárias	12.667	12.667	14.969	14.969
	40.392	40.392	51.573	51.573
Passivo				
Fornecedores	2.009	2.009	2.616	2.616
Debêntures	711.160	711.160	676.801	676.801
	713.169	713.169	679.417	679.417

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

d. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

21. Instrumentos financeiros - Continuação

i. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.592 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

ii. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

iii. Risco de taxas de juros

A Atualização das debêntures está vinculada a variação do IPCA.

iv. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

v. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

vi. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

21. Instrumentos financeiros - Continuação

e. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário Provável	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Investimento de curto prazo	CDI	27.621	2.384	1.193	1.787	2.980	3.577

ii. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2023; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2023	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
1º Emissão de debêntures	IPCA + 4,50%	711.160	58.756	45.379	52.068	65.444	72.133

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

22. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Seguro Garantia	702	9	27/06/2026
Seguro de Risco Operacional	98.577	134	30/06/2024
Responsabilidade Civil	10.000	12	30/06/2024
Responsabilidade Civil	50.000	11	28/08/2024
Total	159.279	166	

Patricia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2